

A AMAMENTAÇÃO MATERNA: UM DOS PARÂMETROS DA RELAÇÃO MÃE – CRIANÇA¹

Silvia Parrat-Dayan²

RESUMO: Este texto aborda a categoria da psicologia científica, a relação mãe-criança e analisa a amamentação materna como um dos parâmetros que, antigamente assim como hoje, era considerado como constitutivo da relação mãe – criança. Trata-se de uma análise dos comportamentos maternos e das crianças ao longo da primeira infância com base na constituição histórica desta relação. À medida que o contexto sócio-cultural muda no tempo e no espaço, as atitudes maternas de integração da criança pequena a este contexto se modificam sob pressão de transformações demográficas, políticas, sociais, culturais e científicas. O método de estudo da categoria mãe-criança é duplo, ao mesmo tempo antropológico e histórico por oposição a uma linha de pesquisa que se contenta em estudar a relação “mãe-criança” segundo apenas as normas da cultura pós-industrial ocidental com suas entidades abstratas à la Durkheim ou seus tipos ideais à la Weber: a mãe, a criança.

PALAVRAS-CHAVE: relação mãe-criança; amamentação materna; contexto sócio-cultural.

BREASTFEEDING: ONE OF THE PARAMETERS OF THE MOTHER-CHILD RELATION

ABSTRACT: This text approaches the scientific psychology category mother-child relation and analyses breastfeeding as one of the parameters that, in the past as well as nowadays, was considered one of the constituent elements of the mother-child relation. It is an analysis of the maternal behavior and child behavior throughout infancy, based on the historical constitution of this relation. As the socio-cultural context changes in time and space, maternal attitudes of integration to this context are

¹ A autora agradece o professor J. Vonèche por seus comentários construtivos, e sobretudo por lhe permitir desenvolver no quadro de sua cadeira suas pesquisas a respeito do tema geral do qual decorre este artigo.

² Com a colaboração de Y Barthassat, C. Bontron, V. Dichy, M. Kamerzin, O. Mancuso, M. Mean, K. Paris, M. Rohrbach, B. Sloca, C. Tchicaloff, A. M. trembley e M. F. Vouilloz, estudantes da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação de Genebra.

modified under the pressure of demographical, political, social, cultural and scientific transformations. The method of the study of the category mother-child relation is double, at the same time anthropological and historical, by opposition to a research line that restricts itself to study the mother-child relation according only to the norms of the post-industrial western culture with its abstract entities a la Durkheim, or its ideal types a la Weber: the mother, the child.

KEY-WORDS: mother-child relation; breastfeeding; socio-cultural context.

INTRODUÇÃO

Este estudo se inclui num quadro de pesquisa mais amplo, cujo objetivo é captar a constituição histórica de certas categorias da psicologia científica. A categoria estudada aqui se refere à relação mãe-criança. Esta categoria, como toda categoria, recobre uma forma específica de problematização da realidade. No caso presente, trata-se de uma análise dos comportamentos maternos e das crianças ao longo da primeira infância. As atitudes maternas têm por objetivo integrar a criança pequena em um contexto sócio-cultural. Faz sentido, pois, pensar que, à medida que este contexto muda no tempo e no espaço, estas atitudes se modificam sob pressão de transformações demográficas, políticas, sociais, culturais e científicas. Como existe uma interpenetração estreita entre as atitudes maternas e os comportamentos das crianças, este se modificará correlativamente, ou, pelo menos, será percebido como diferente pelos observadores munidos de um novo crivo de leitura: a das condutas fornecidas pelo meio.

Pareceu-nos pois útil reconstituir o encaminhamento histórico da categoria “mãe – criança” nesta perspectiva, por oposição a uma linha de pesquisa que se contenta em estudar a relação “mãe-criança” segundo apenas as normas da cultura pós-industrial ocidental com suas entidades abstratas à la Durkheim ou seus tipos idéias à la Weber: a mãe, a criança, e onde a mãe é às vezes qualificada, sem ironia ao que tudo indica, de “suficientemente boa”.

MÉTODO GERAL

Nosso método é duplo, ao mesmo tempo antropológico e histórico. Da abordagem antropológica, nós retemos que o comportamento materno, assim como as outras condutas, só adquire todo o seu valor e seu sentido no interior de uma rede social de significados, que é preciso

compreender tanto na sua totalidade quanto em suas partes constitutivas. Pode-se reprovar nesta concepção que ela seja ao mesmo tempo estruturalista demais e semiológica demais. Não é aqui o lugar de discutir isto; aqui, apenas apresentamos nosso ponto de vista.

Do método histórico, nós retemos a análise de um corpo preciso que se inscreve num quadro mais vasto de escritos teóricos, de documentos literários, fontes de imprensa, de obras iconográficas, etc, que o pesquisador deve conhecer antes de constituir seu corpo de estudo.

Nosso corpo, aqui, é formado por certos manuais de puericultura. Estes manuais são livros propostos às mães de família para ajudá-las a tomar conta de suas crianças e esclarecê-las sobre as supostas necessidades das crianças pequenas. A sua existência mesma marca uma ruptura na história das relações mãe-criança, pois que supõe, ao menos implicitamente, uma relação não natural, não-instintiva, não-imediata entre a mãe e a criança, uma vez que a mãe precisa de uma vulgata para cumprir sua missão da melhor forma possível.

É portanto razoável supor alguma coisa suspeita na relação mãe-criança imediata, não mediatizada por certas instâncias culturais especializadas. Do ponto de vista metodológico, tratar-se-á de compreender aquilo que é outro, e pertencente a outrem. Será preciso considerar o homem de outrora como um estranho, e sobretudo como um estranho a nós, e tentar reconstituir a rede social de significações que dava sentido à sua vida sem referência a nossa própria experiência.

Não se pode, com efeito, num estudo histórico, nem reencontrar uma experiência subjetiva qualquer dos homens e mulheres do tempo passado, nem mesmo reconstituir o desenvolvimento exato dos comportamentos mãe-criança como se pode fazer hoje pela observação direta.

De outro lado, pode-se e deve-se indicar as variações que se apresentam nos discursos e nas práticas relatadas a propósito das relações mãe - criança, tanto sob forma de norma a observar quanto sob forma de desvio, desde o desvio tolerável até o desvio inadmissível. Estas variações apresentam, com efeito, sempre um aspecto duplo: elas são, ao mesmo tempo, o reflexo das práticas existentes e o modelo ideal proposto, para ser imitado, às mães que querem ser boas mães. Este duplo papel de emulação prescritiva e de observação descritiva não é claramente distinguido pelos autores, sobretudo pelos mais antigos; o que não simplifica a tarefa do pesquisador que deve evitar toda forma de anacronismo. Na medida em que não se considera o homem como uma realidade atemporal, é preciso evitar de se colocar uma série de falsas

questões nas quais a imprensa de vulgarização histórica se especializou. Por exemplo, se perguntar se “antigamente, amava-se as crianças?” impede de se ser sensível aos diversos modos de socialização próprios das formas das relações e da convivência das sociedades de outrora. É preciso sempre re-situar os comportamentos e os discursos do passado em seu próprio contexto social. Assim, o fato de que a apresentação da infância não existe na França do Antigo Regime, como mostrou Áries (1963), não supõe absolutamente que a infância não existia ou que o comportamento em relação às crianças era marcado por uma completa indiferença. Tratava-se talvez simplesmente de uma categoria não tematizada pela cultura daquele tempo, mas perfeitamente vivida.

QUADRO HISTÓRICO ESPECÍFICO

A criança pertenceu durante muito tempo mais à linhagem familiar que a seus pais. É apenas no final do século XVI que aparecem, nos meios abastados das cidades, alguns indícios de uma relação nova com a criança como a vontade de preservar a vida da criança, de zelar por ela, curá-la, enfim, de considerá-la implicitamente valiosa. Scévole de Sainte-Marthe (1584) num poema latino: *paedotrophie*, chama a atenção sobre a maneira de alimentar as crianças. Simon de Vallembert (1565) escreve: “Da maneira de nutrir e governar as crianças desde o seu nascimento”, Laurent Joubert (1579) descreve o prazer de amamentar a criança. Ambroise Pare (1573) insiste sobre o papel afetivo da alimentação.

As estruturas familiares sofrem transformações. No século XVII, não se trata mais do prazer de alimentar. Teme-se um exagero afetivo dos pais.

A razão, diz Locke (1690), deve moderar o amor que se tem pelos filhos, para que ele não degenerem em indulgência excessiva. A Igreja e o Estado tomam o sistema em suas mãos: aparecem leis sobre a criança e instituições de proteção e guarda de crianças. A criança passa a existir do ponto de vista sócio-político, econômico e religioso e não apenas o produto de transformações sofridas pelas estruturas familiares.

A AMAMENTAÇÃO

Neste contexto, escolhemos analisar um dos parâmetros que, antigamente assim como hoje, era considerado como constitutivo da relação mãe – criança. A amamentação no seio materno era imperativa para a sobrevivência dos bebês. Este período no qual a criança não pode prescindir da mulher representa um domínio rico de significações.

A amamentação se inscreve numa dupla perspectiva de proteção e de modelagem da criança. Amamentando a criança, a mãe (ou a amade-leite) tem o poder de modelar a criança sub-repticiamente.

No século XVIII, um discurso médico é organizado a respeito da amamentação materna. O saber médico vai se construir em oposição ao saber tradicional. Os médicos criticam a marca das mulheres sobre os recém-nascidos e as crianças. No que concerne à amamentação, os médicos seguiam nesta época as idéias recebidas:

- a) através do leite, a mãe transmite sua própria maneira de se alimentar, suas idéias, suas paixões, seu caráter.
- b) não há ruptura entre gestação e amamentação. A criança nasce inacabada no seu nascimento.
- c) o leite não é pois senão “sangue esbranquiçado”.

No entanto, muitas mulheres escolhem voluntariamente não amamentar suas crianças por várias razões: sociais, funcionais (incompatibilidade da função amamentícia e conjugal), higiênicas (pensava-se que o ar do campo era melhor que os das cidades onde o leite das mulheres era insuficiente, etc.). Enfim, as razões variam em função “das classes sociais”.

A VULGATA PEDAGÓGICA

Em 1762, Rousseau escreve “Emílio”. Ele incentiva as mães a amamentar. Os leitores (sobretudo os homens) lhe escrevem, lhe pedem conselhos, confiam nas suas idéias. Darnton (1984) mostra isto bem: Rousseau conseguiu fazer a literatura penetrar na vida.

Esta penetração marca a passagem de um mundo tradicional, onde as crianças são criadas segundo o costume familiar, a um mundo científico, onde sua educação é dirigida pelos livros. Desde então, a iniciação na paternidade ou na maternidade se dá através da leitura, especialmente médica. O discurso médico fará um apelo pela amamentação materna que irá se amplificando.

ANÁLISE DA ARGUMENTAÇÃO MÉDICO-CIENTÍFICA

Dadas as dimensões reduzidas deste artigo, um corpus restrito a menos de dez autores foi escolhido¹. Este corpus remete a textos dos séculos XVIII e XIX. Nós indicamos, para cada autor escolhido, as categorias que ele utiliza para basear seus argumentos. Em seguida, nós retivemos, considerando a argumentação a respeito da amamentação materna propriamente dita, um certo número de comportamentos que devem acompanhar a atividade da amamentação.

Enfim, procuramos evidenciar a importância relativa que nossos autores atribuem a cada categoria de argumento. Os quatro autores do século XVIII se dirigem diretamente às mães. Eles tentam responder por antecipação aos argumentos que elas poderiam imaginar de apresentar para recusar a amamentação: fraqueza, fadiga, perturbações do sono, medo de perder sua beleza, temor de ser incapaz de suportar os odores próprios do nenê, etc. Para fazer isto, nossos autores se põem a mostrar a naturalidade do fenômeno. A natureza é o primeiro e o mais importante de seus argumentos.

A amamentação é uma seqüência natural do parto. Há entre os seios e a matriz relações e conexões íntimas. Os mesmos líquidos que se remetem à matriz durante a gravidez para fornecer ao feto o que ele precisava, refluem às mamas. (LANDAIS, 1781)

A melhor nutrição que um nenê pode ter é portanto o leite materno: pois, sugando-o, a criança recebe imediatamente da mama da mãe todas as qualidades benéficas que aí estão. (BALDINI, 1786)

O argumento “Natureza” serve também para explicar às mães as conseqüências perigosas da recusa de amamentar.

O método de não amamentar [...], pervertendo os votos da natureza, não expõe menos a mãe que a criança a morrer de doenças terríveis, ou a adquirir princípios de debilidade que tornarão a sua vida penosa e pouco estável. (BALLEXERD, 1762)

Tomado das mamas, e, por assim dizer, repercutido no interior do corpo, o leite levado então tumultuosamente na corrente da circulação, se atira indistintamente sobre todas as partes de acordo com a maior ou menor resistência que estas lhe oponham, e forma o que se chama leite expandido, e depois leitoso. Se ele vai à cabeça, produz ali cefalgias cruéis e insuportáveis, que já se viu levar por sua duração e vigor à cegueira e à surdez. Já se viu mulheres perderem a razão e enlouquecerem (LANDAIS, 1781).

Enfim, este mesmo argumento “Natureza” é usado para propor às mães um modelo a imitar ao mesmo tempo que desvalorizar a conduta das mulheres.

É preciso que as leões e as tigresas deponham sua ferocidade nos antros dos desertos, dando a seus pequenos o

leite que lhes é naturalmente destinado, para reprovar às mulheres sua barbárie, e a vergonha de que se cobrem? (SAUCEROTTE, 1777).

Oh, mulheres vãs e impiedosas! Enquanto as bestas mais ferozes se dedicam humanamente a este dever, vocês deles se afastarão com humanidade? (BALLEXERD, 1762).

Os autores se referem em seguida às vantagens afetivas e morais da amamentação:

Eis pois para uma mulher o novo efeito da amamentação de seus filhos, a estima, a amizade, o amor de seu marido. (LANDAIS, 1781)

Uma mãe que amamenta seu filho, reconhece cada dia, cada vez mais, quanto ele lhe é próprio, quanto ele lhe pertence de perto: ela sente de alguma forma uma porção de seu ser passar a seu bebê; e é desta comunicação íntima que nasce a fusão da sua ternura por ele. (LANDAIS, 1781).

[...] que doce satisfação não experimenta aquela que cumpre este dever sagrado de seu estado! Que ternura por uma criança que ela sempre teve perto de seu seio, nesta tenra idade! Que mais doce aspecto para uma mãe sensível que o de ver a família se animar, se perpetuar sob seus olhos por seu próprio sangue, enquanto a Natureza goza de todos os direitos que ela tem! (BALDINI, 1786).

É uma coisa certa que as mães têm mais ternura pelos filhos que elas amamentam; que reciprocamente elas são por eles mais amadas, e que as crianças amamentadas por uma mesma mãe, conservam maior ligação entre eles [...] É da educação doméstica que depende toda ordem moral. (LANDAIS, 1781).

No século XVIII, a teoria científica que segue a medicina hipocrática confunde sempre ciência e moral.

De fato, a doença e a desordem moral são equivalentes. Elas provêm de um modo de vida desregrado que ofende as leis da Natureza.

Assim, a amamentação é um acontecimento da ordem da Natureza que é preciso respeitar sob pena de cair na mais profunda desordem moral. Se a mãe não amamenta, a Natureza “vingará seus direitos” sobre a mãe e sobre a criança. A mãe se expõe aos “funestos

efeitos de um leite refluído (BALLEXERD, 1762) e a criança (ficara tão enfraquecida que o não amamentamento provocará a) “degeneração da espécie e a despopulação”.

A Natureza

vingará pois seus direitos sobre a mãe e infelizmente também sobre o bebê, que virá ao mundo fraco e lânguido, e que, sendo confiado aos cuidados de uma ama-de-leite, perecerá, ou sairá de suas mãos doente, combalido. Nenhuma causa, meu Deus, pode contribuir mais que esta à degeneração da espécie, e a causar despopulação. (SAUCEROTTE, 1777)

Parece-me verossímil que a causa da degeneração das famílias ricas, ou das bem-de-vida, pode ser atribuída, em grande parte, às amas – de – leite a quem são confiadas as crianças. (BALDINI, 1786).

É uma verdade [...] que as crianças amamentadas por suas mães são mais fortes, mais vigorosas, melhor proporcionadas e têm um melhor temperamento. (LANDAIS, 1781)

No século XVIII, os médicos apontam as amas-de-leite como responsáveis por esta situação, ao mesmo tempo como representantes do saber tradicional e como mulheres oriundas das classes sociais desfavorecidas e, portanto, incapazes, pela degenerescência da ação segundo a Natureza.

Mas, olhando de mais perto, esta Natureza parece faltar entre as mulheres do século XVIII, pois é preciso ensiná-las, mostrar a elas, lembrá-las e sensibilizá-las para a amamentação materna.

O século XIX é o século da ciência. É pois a ciência que vai organizar as relações mãe-criança e, entre todas as ciências, é esta ciência do singular que é a medicina que será escolhida para guiar a mãe ignorante que deve aprender tudo dos mestres do saber.

O modelo normativo proposto às mães para uma boa conduta em relação às crianças define as tarefas maternas a partir de uma clivagem dos papéis sexuais oriunda da descoberta pelos homens deste século da divisão do trabalho. Mas esta divisão de tarefas entre o masculino e o feminino encontra-se naturalizada aos traços características de cada sexo. Além disso, a maternidade é representada como uma carreira, que deve ser aprendida. A ambigüidade entre natureza e sociedade é, pois, total. Mas como mostra a tese de Bienaimée (1937), o modo de transmissão da puericultura varia em função das classes sociais: as mães pobres receberão conselhos em centros adequados, maternidades e centros para

consultas de bebês, enquanto a burguesia será instruída pela leitura da Vulgata científica e médica.

Desta forma a puericultura conquista todas as classes sociais, aí incluídas aquelas que, ordinariamente, não consultam médicos.

Se se examina, então, a argumentação do século XIX de mais perto, observar-se-á que os autores se dirigem às mães, não para lhes dizer que seus temores são fundados, mas, bem ao contrário, para pôr em evidência sua ignorância, sua ausência de medida, sua falta de critérios de ação judiciousa em relação às crianças, conjunto de fatores considerados responsáveis pela mortalidade infantil elevada.

Os médicos, como os predicadores do século, aterrorizam verdadeiramente as mães e as culpabilizam de maneira a que elas consentam em obedecer cegamente às ordens médicas, a fim de que elas aceitem abrir o segredo de suas vidas ao controle médico com, em troca, a missão deles de supervisionar zelosamente as amamentações. O médico torna-se assim o personagem central da amamentação, uma vez que é ele quem dispõe das mães:

[...] se há mulheres que é preciso estimular a amamentar seus filhos, existem outras, ao contrário, que é necessário reter para evitar que caiam no exagero provocado pela comoção sentimental. Não se amamenta as crianças com nervos e ternura: é preciso leite e, para ter leite, é preciso ter saúde. (FONSSAGRIVES, 1867)

Se bem que o amor materno seja um sentimento inato da mulher [...] não é menos verdadeiro que esta ternura e este devotamento, por maiores que sejam, são insuficientes em si-mesmos e não podem de maneira alguma suprir os conhecimentos que é necessário possuir, se se quer conduzir com segurança a higiene a educação das crianças. A respeito disto, pode-se mesmo dizer que a maioria das mães têm tudo a aprender. (GOLAY, 1889)

O papel da mãe e o dos médicos são e devem permanecer nitidamente distintos. Um prepara e facilita o outro; eles se completam [...] O médico prescreve, a mãe executa; mas executa bem ou mal, dependendo de se ela compreendeu bem ou mal. (FONSSAGRIVES, 1875)

A maioria (das mães) peca por excesso de zelo e torna seus filhos delicados por excesso de cuidados, poderíamos quase dizer, por excesso de ternura. (GOLAY, 1889)

Os autores todos se referem à Natureza:

a) seja para opô-la à ciência:

[...] a natureza não foi para a escola e aprendeu do instinto o que convém, disse o Pai da medicina; mas nós que recebemos a inteligência, este dom glorioso, recebemos ao mesmo tempo um papel mais ativo, e os ensinamentos da Natureza são apenas um apoio para aprendermos a nos conservar, e, para aprender a conservar nossos filhos, sua educação física é uma ciência verdadeira e precisamos aprendê-la se queremos bem praticá-la. (FONSSAGRIVES, 1875).

b) Seja para caracterizar o que se chama o instinto maternal. Assim a natureza, é o argumento que os autores usam para dizer às mães que elas trazem nelas a maternidade:

A amamentação materna é um voto formal da Natureza. Nós vemos que as fêmeas dos animais, quando se lhes permite, não deixam jamais de fazê-lo. (FONSSAGRIVES, 1875)

Um autor da Idade Média dizia que a mulher é caritativa por sua Natureza; isto é verdade e é por isto que ela é também enfermeira de vocação. (FONSSAGRIVES, 1875)

A natureza e a razão proclamam bem alto que a mãe deve ser a nutriz de seu filho. (GOLAY, 1889)

A amamentação materna é uma lei da natureza. Não vemos todas as fêmeas dos mamíferos amamentar seus filhotes? (GOLAY, 1889)

Ressaltemos que, diferentemente dos autores do século XVIII; a Natureza é comparativamente a outras categorias como a ciência ou medicina, pouco empregada; o médico é considerado como indispensável para eliminar o saber tradicional. Sua missão é a luta contra a ignorância. Ele age, no dizer de Fonssagrives (1875) como um “soldado”. Ora, no século XVIII, o médico se sente responsável pela humanidade ou pela saúde ou pela beleza da mulher:

Não é um direito rigoroso que se exerce contra elas (as mulheres), mas antes um intérprete da natureza, é uma justiça que se lhes representa para o interesse da humanidade, o bem de sua saúde e a conservação de seus atrativos. (BALLEXERD, 1762)

No século XIX, ao contrário, o médico pretende defender o interesse das famílias:

A família é meu único objetivo.

E que as famílias não acreditem que esta parceria (mãe/médico) é a obra de uma ciência médica ciumenta de seus privilégios, fechando-se no templo e dele guardando as portas cuidadosamente. Não, são os interesses delas (das famílias) que a medicina defende e não os seus próprios. (FONSSAGRIVES, 1875)

Enfim, diferentemente dos autores do século XVIII que fazem frequentemente referência à ternura materna para mostrar às mães as vantagens da amamentação materna, os autores do século XIX mencionam brevemente que a amamentação aumenta os laços entre a mãe e a criança. E esta afirmação se justapõe ao argumento de que a amamentação é um voto da Natureza! De fato, estes autores dizem que frequentemente a mãe peca por excesso de ternura.

QUADRO 1

	Natureza	Ciência (sem alusão ao médico)	Médico representante da ciência	Moral	Total de argumentos do texto
Saucerotte	6	3	1	5	12
Ballexerd	7	6	-	7	16
Baldini	3	2	-	3	9
Landais	5	5	1	6	20
Total	21 (35%)	16 (28%)	2 (3,5%)	21 (37%)	57 (100%)
Fonssagrives	1	-	4	-	10
Fonssagrives	3	-	11	2	17
Golay	4	3	5	1	27
Fischer	1	5	2	-	16
Total	9 (12%)	8 (11%)	22 (31%)	3 (4%)	70 (100%)

Os discursos dos autores do século XIX se organizam sobre a base de oposições semânticas (aprendizagem/Instinto; ignorância/ciência; mãe/animal; mãe/médico, etc). que tornam o discurso frequentemente

ambíguo: chega-se à conclusão de que é preciso desnaturalizar as mães, seguindo sempre a natureza. É verdade que, como dizia Stuart Mill (1901), quando se diz que uma maneira de agir, de pensar ou sentir é conforme à Natureza, possui-se um argumento poderoso para provar que ela é boa. Mas, se a Natureza é o que é, não há necessidade de recomendar agir conforme a natureza, porque ninguém pode ir contra ela.

No quadro, e a título de ilustração, anotamos para cada autor a frequência relativa dos argumentos nos textos a respeito da amamentação materna. O quadro apresenta só os classificados como natureza, ciência (com ou sem alusão ao medição) e moral.

CONCLUSÃO

O discurso em favor da amamentação materna parece uma constante através dos séculos. No século XVIII, os autores apelam à natureza, à moral e à ciência para convencer as mulheres a amamentar seus filhos. Estes argumentos, de acordo com a medicina hipocrática, fazem parte de um mesmo sistema em relação à Natureza. Para Hipócrates, o que define o bem, nos domínios morais, políticos ou orgânicos, é o estado temperado, forma de equilíbrio que nasce de um afrontamento de forças contrárias na qual nenhuma predomine. Um desregramento da vida orgânica leva a desordem no domínio moral e vice-versa.

No século XIX estes argumentos vão se diferenciar. Não se confunde mais Natureza e Ciência. Esta se situa do lado da inteligência, do racional. A Natureza parece se reduzir ao instintivo. Assim a mãe deveria amamentar porque ela é feita para isso. Mas então porque recomendar seguir a Natureza? Não pode se tratar senão de um deslizamento de sentido. Apela-se à Natureza para dar conta dos comportamentos morais. E, depois, avançando no tempo, seremos confrontados a um novo deslizamento: agora, em direção ao psicológico. De fato, se no século XVIII uma mulher que não amamentava, era considerada como bárbara, indiferente, desumana, a recusa de amamentar é considerada por Cohen-Solal (1975) como o sintoma de uma certa qualidade da relação mãe-criança.

 Não é a ausência do seio que pode atrapalhar o desenvolvimento do bebê, mas o que pode representar para uma mãe a recusa de dar o seio a seu bebê, como ausência de calor, e ausência real de desejo de maternidade, se ela não tem razões válidas para não amamentá-lo.

Para Leboyer (1974): “A amamentação materna é antes de tudo sintomática de uma qualidade da relação mãe-criança”.

E Winnicott (1971) na conferência sobre a amamentação do bebê que ele preparou para a BBC em 1957 diz: “A amamentação é um caso de relação entre a mãe e o bebê, onde se põe em prática uma relação entre dois seres humanos”.

Não dar o seio à criança poderia ser o reflexo da imaturidade do desejo de ter crianças. Ora, na idéia de imaturidade é a Natureza ou o biológico que volta como que para provar que não há senão só uma maneira de fazer... ora, a maternagem é uma tarefa complexa. Ela supõe teorias e práticas diversas que são susceptíveis de mudanças históricas. Pode-se dizer que estas mudanças representam um progresso na evolução das idéias? Tratar-se-ia mais de uma redefinição do problema sobre um plano diferente?

Notas

ⁱ Este texto foi traduzido pelo Prof. Dr. Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi e revisado pela autora.

ⁱⁱ Baldini (1786), Ballexerd (1762), Saucerotte (1777), Landais (1781), Fonssagrives (1867 et 1875), Golay (1889), Fischer (1903)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIES, P. *L'enfant et l'avie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris: Ed. Du Seuil, 1973.

BALDINI, F. *Manière d'allaiter les enfants à la main, à défaut de nourrice*. Paris: Buisson Libraire, 1786.

BALLEXERD, J. *Dissertation sur l'éducation physique des enfants...* Paris : Vallat La Chapelle Libraire, 1762.

BIENAIMÉE, V. *Quelques points de puériculture. Observations d'une mère*. Paris: Delgarve, 1937.

COHEN-SOLAL, J. *Comprendre et soigner son enfant*. R. Laffont Pluriel, 1975.

DARNTON, R. *Le grand massacre des chats*. R. Laffont (Pluriel), 1986.

FISCHER, H. *Puériculture*. Paris: Libraire Charles, 1903.

FONSSAGRIVES, J. B. *Entretiens familiers sur l'hygiène*. Paris : Delagarve, 1867.

_____. *Dictionnaire de la santé*. Paris: Delagarve, 1875.

GOLAY, E. *Conseils aux jeunes mères*. Paris/Geneve : Georg Librairie et G. Garré, 1889.

JOUBERT, L. *Erreurs populaires et propos vulgaires la médecine*. S. Millanges, imprimeur, 1579. Bordeaux.

LANDAIS, *Dissertation sur les avantages de l'allaitement des enfants par leur mère*. Paris : Mequignon l'ainé Libraire, 1781.

LEBOYER, F. *Pour une naissance sans violence*. Paris: Ed. Du Seuil, 1974.

LOCKE, J. *De l'éducation des enfants*. Amsterdam: Steenhouer et Uytwerf, 1721

PARE, A. *Opéra...* Paris, 1573 (Cité par M.F. Morel, voir ci-dessus).

ROUSSEAU, J. J. *Emile ou de l'Education*. Paris: Garnier-Flammarion, 1966.

SAUCEROTTE. Examen de pluieurs préjugés et usages abusifs... Strasbourg: Gay, marchand – Libraire, 1777.

SCEVOLE DE SAINTE MARTHE, *Paedotrophia ou la manière de nourrir les enfants à la mamelle*. G. De Luyne, lib., Barbinci et d'Houry, trad. Paris, 1698, paru en 1584.

STUART MILL, J. *Essais sur la Religion*. Fleix Alican : Paris, 1901.

WINNICOTT, D. W. *L'enfant et sa famille*. Payot: Paris, 1971.

Recebido em março de 2007

Aceito em setembro de 2007

